

**PENSANDO A SUSTENTABILIDADE TURÍSTICA EM
MUNICÍPIOS: TÉCNICA E TEORIA EM UMA ABORDAGEM
SOCIOAMBIENTAL E CULTURAL DO CONCEITO**

Maria Angela de Abreu Cabianca ¹

Resumo

Este artigo analisa as contribuições teóricas, bibliográficas e tecnológicas relacionadas ao desenvolvimento turístico sustentável em municípios brasileiros. Busca, também, associar este desenvolvimento às práticas analíticas da Hospitalidade como gestora de múltiplos encaminhamentos socioculturais na interpretação do comportamento coletivo destas sociedades na contemporaneidade. Contempla também a bibliografia relacionada ao turismo não só como fenômeno econômico, mas também como objeto da compreensão de lógicas inter-relacionadas, encontradas nas expressões culturais cotidianas dos grupos sociais envolvidos em seu desenvolvimento.

Palavras chave: Sustentabilidade; Turismo; Hospitalidade; Municípios; Brasil.

Abstract

This article examines the theoretical, bibliographic and technological contributions related to sustainable tourism in Brazilian municipalities. It makes an association between the sustainable development of tourism and the analytical practices of Hospitality management as multiple referrals sociocultural interpreting the collective behavior of the contemporary societies. It analyzes the bibliography related to tourism as an economic phenomenon and an object of logical understanding of inter-related cultural expressions found in everyday social groups involved in its development.

Keywords: Sustainability; Tourism; Hospitality; Municipalities; Brazil.

¹Doutora em Saúde Ambiental pela Faculdade de Saúde Pública FSP-SP. Professora Pesquisadora da Universidade Anhembi Morumbi (UAM-SP). Este artigo é parte das discussões em desenvolvimento na liderança do Grupo de Pesquisa; Interfaces entre o Urbanismo e o Patrimônio Histórico, Cultural e Ambiental das Cidades e como pesquisadora do Grupo de Pesquisa, Hospitalidade: processos e práticas. E-mail: maia.cabianca@hotmail.com

INTRODUÇÃO

Pensar as atuais realidades interpretativas do turismo significa ver suas diferentes realidades e percepções. O turismo, que já foi pensado como exclusivo fator de “lazer e de descanso”, hoje é visto, incluindo-se outras referências, pelas realidades dinâmicas que seu estabelecimento e gerenciamento podem trazer para o desenvolvimento de comunidades e, entre outros aspectos, com a percepção de uma identidade conservacionista e ao mesmo tempo renovável em sua dinâmica de aplicação.

Para o século XX a palavra “turismo” deixou de ser sinônimo exclusivo para a viagem e do conhecer de novos lugares. Moesch (2000) relembra a complexa relação entre serviços, produção e o intercâmbio de significados entre as realidades a serem visualizadas pela ótica de fatores, que não se explicam pela realidade de um único viés interpretativo. Há, por exemplo, no caso de um lugar chamado turístico, a vivência e percepção de uma comunidade, seu meio, sua história e o sentido que esta mesma história tem para o grupo e como também o sentido externo, leia-se sociocultural, que a realidade local pode produzir.

Para a uniformização de valores e significados, adotou-se a prática de transformar o turístico em uma espécie de “tábua de salvação” para o desenvolvimento de localidades que procuram sair de sua estagnação econômica. Na verdade, como qualquer outra atividade, o turismo também pode gerar destruição e modificações irreversíveis na estrutura que o acomoda. O sentido que estas mudanças podem dar a uma determinada localidade, considerando-se aqui na esfera do município, resulta o foco de análise deste artigo.

Ao se recuperarem as atuais análises teóricas relacionadas à interpretação da sustentabilidade no turismo, procura-se elencar a produção bibliográfica mais atualizada que traduza os significados e contribuições destas análises para a compreensão do fenômeno turístico nesta perspectiva de análise estrutural e metodológica.

De fato o turismo visto como um fenômeno sociocultural, econômico e político, representa identidades históricas significativas que associam as identidades dos grupos sociais reunidos em sua estruturação e manifestação. A percepção do turismo como um instrumento que observa valores que se inter-relacionam, ocorre desde o aparecimento de sua definição epistemológica inicial em

1905, quando um Dicionário de Economia (apud PANOSSO NETTO, 2010, p. 23), publicado em Berna, Suíça, definia turismo como:

[...] em sentido moderno, um fenômeno de nosso tempo que se explica pela necessidade crescente de descanso e de mudança de ares, pela aparição e desenvolvimento do gosto pela beleza da paisagem, pela satisfação e bem-estar que se obtém da natureza virgem, mas, muito especialmente, pelas crescentes relações entre povos diferentes, pelo aumento de empresas que dão lugar ao desenvolvimento do comércio, da indústria e das profissões e pelo aperfeiçoamento dos meios de transporte.

Desta forma o que se percebe é que as razões estruturais para o conhecimentos dos tempos históricos definiram o sentido e as possíveis análises estruturais a serem vivenciadas pelo fenômeno turístico. Em 1905, em plenas transformações dos ambientes urbanos e culturais pela industrialização, o foco orientador era definido pela necessidade de contato com a Natureza e os possíveis “negócios” associados à prática e ao desenvolvimento do turismo.

Esta situação inicial histórica, ainda produz “ecos” nas interpretações utilizadas pela sociedade contemporânea quanto a pensar o turismo como um mecanismo de viabilidade única para localidades e municípios, principalmente quando este aspecto envolve o aproveitamento de atrativos naturais.

De fato a forma inicial de se pensar o turismo pode ser reproduzido pela maneira simplista vista ainda no início do século XX, mas questiona-se: quando um modelo administrado desta forma terá seu esgotamento? As modificações impostas serão irreversíveis? Como manter a estrutura existente e estruturar uma economia sustentável e ao mesmo tempo rentável? A sustentabilidade é tratada aqui também com viés econômico e, principalmente, social, no qual a sociedade envolvida em sua produção consegue estabelecer um equilíbrio entre forças produtivas e relações humanas.

Desenvolvimento sustentável do Turismo: um resgate histórico

O turismo representa um importante instrumento de transformação de economias e sociedades, promovendo a inclusão social, oportunidades de emprego, novos investimentos, receitas e empreendedorismo. O negócio turístico implica numa grande movimentação de pessoas e de divisas entre os países, além de movimentar também muitos outros setores em sua cadeia produtiva.

No entanto, se mal administrada e planejada, a atividade pode gerar impactos ambientais, sociais e econômicos irreversíveis tanto para a localidade como no âmbito regional. Neste aspecto

Ribeiro e Stigliano, (2010, p.75) argumentam que: “O turismo aparece, então, como uma alternativa à geração de empregos para as populações locais, sem a contaminação que o processo industrial pode gerar”.

As ideias de desenvolvimento sustentável, que ganharam força em todas as áreas do conhecimento no final do século XX e início do atual, passaram a ser incorporadas também pelo Turismo. Os encontros internacionais promovidos por diversos órgãos do setor turístico possibilitaram a formulação do conceito de Turismo Sustentável, empregado atualmente por estudiosos e profissionais desta atividade: “Turismo sustentável é aquele ecologicamente suportável em longo prazo, economicamente viável, assim como ética e socialmente equitativo para as comunidades locais” (WTO, 2004).

A primeira Conferência sobre Turismo Sustentável promovida pela ONU, co-patrocinada pelo Programa Ambiental pelo Homem e a Biosfera, da UNESCO e pela OMT, em abril de 1995, em Lanzarote nas Ilhas Canárias gerou os 18 itens que compõem a Carta do Turismo Sustentável, um importante documento que estabelece requisitos básicos para que a atividade de desenvolva de forma a preservar os recursos fundamentais para sua viabilizar sua disponibilidade às gerações futuras.

Além da Carta de Lanzarote há outros documentos que contribuíram para a formulação das idéias que baseiam o Turismo Sustentável. Estes documentos contemplam situações observadas em diferentes épocas da história mundial recente, que de alguma maneira poderiam comprometer a livre circulação dos turistas em diferentes partes do planeta, o respeito às populações receptoras, a integridade de ecossistemas e dos recursos naturais, definindo ainda condutas recomendáveis para turistas, localidades turísticas e todos os setores envolvidos na atividade.

Segundo a *World Tourism Organization* (WTO, 2004), alguns documentos resultantes de importantes reuniões internacionais contribuíram para a elaboração dos princípios do Turismo Sustentável, entre eles a Declaração de Manila no Turismo Mundial em 1980, o Documento de Acapulco sobre o Direito às Férias – México, 1982, o Código do Turismo de Sofia sobre os direitos e deveres do Turismo – Bulgária, 1989, a Declaração do Turismo de Hague, Holanda, 1989, a Declaração de Prevenção do Turismo Sexual Organizado do Cairo, Egito, 1995, a Agenda 21 para o Turismo e a Indústria de Viagens, 1996, o Código Global de Ética para o Turismo, 1999, a Declaração de *Hainan* sobre o Turismo Sustentável nas Ilhas das Regiões

Asia-Pacífico – China, 2002, Declaração de *Djerba* sobre o Turismo e as Mudanças Climáticas - Tunísia, 2003.

A WTO prevê também que a educação e conscientização do turista sobre os impactos do Turismo, associadas à incorporação de práticas sustentáveis e socialmente responsáveis com a adoção de um código de conduta ética nos destinos turísticos, são ações imprescindíveis para que o turismo possa ter um desenvolvimento sustentável de longo prazo.

Para se obter um desenvolvimento sustentável do Turismo, a WTO recomenda utilizarem-se os recursos ambientais do destino da melhor forma possível, respeitar a autenticidade sociocultural da comunidade local, assegurar a viabilidade econômica de uma operação de longo prazo, proporcionando benefícios socioeconômicos igualmente distribuídos a todos os participantes da atividade, promover a participação consciente de todos os integrantes do processo, assim como uma forte liderança política, manter o alto nível de satisfação do turista assegurando uma experiência significativa, elevando a conscientização sobre a sustentabilidade e promovendo práticas sustentáveis entre os turistas, assegurar continuidade de processos e monitoramento constante dos impactos no destino.

Para o destino turístico que assume esta prática estão previstas, entre outras vantagens, a melhor utilização dos recursos naturais e culturais; melhora da qualidade de vida da população; base comercial/econômica justa e autossustentada com foco no visitante, parceria saudável entre governo, iniciativa privada, terceiro setor e comunidade.

Princípios e Bases e do Turismo Sustentável: descrição teórica

Considerando que um desenvolvimento sustentável do turismo satisfaz as necessidades dos turistas atuais e das regiões receptoras enquanto protege e aumenta oportunidades no futuro, deve-se assumir a necessidade de um manejo de todos os recursos, de uma maneira que necessidades econômicas, sociais e estéticas possam ser satisfeitas enquanto a integridade cultural, processos biológicos essenciais, diversidade biológica e sistemas de suporte da vida são mantidos (Organização Mundial de Turismo e o Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente - PNUMA).

Foram, portanto, definidos os seguintes princípios para a sustentabilidade no Turismo:

- a) a preservação e conservação do patrimônio natural;
- b) a valorização do patrimônio histórico e cultural;

c) o desenvolvimento econômico com equidade social e o incentivo aos pequenos e micro-negócios.

O desenvolvimento sustentável do turismo deve estar apoiado nas bases de sustentabilidade previstas para outros setores do desenvolvimento: ambiental, econômica, social, política e cultural. Contemplar estas bases significa avaliar os recursos ambientais, sociais e econômicos, dimensioná-los, estabelecer limites apropriados para o seu uso, evitando que sejam desperdiçados ou que se esgotem.

As diferentes bases de sustentabilidade turística têm igual importância no processo de desenvolvimento da atividade.

A base ambiental inclui os cuidados com os recursos naturais dos destinos turísticos, a maximização do uso destes, com redução de perdas ou emissões descontroladas de poluentes. Os atrativos naturais que representam importantes recursos turísticos devem merecer atenção especial. Os níveis de visitação devem ser analisados, bem como os tipos de visitantes e o seu comportamento. A definição de limites de visitação a partir do estudo de capacidade de carga dos atrativos torna-se um requisito importante para que se promova a sustentabilidade ambiental do local turístico.

A base econômica deve estar amparada na otimização de benefícios e redução de custos, devendo ser os benefícios econômicos, amplamente distribuídos para a comunidade local. Inclui-se nesta base também o preço justo pago pelo turista por sua experiência de viagem. As instituições controladoras, entretanto, não devem exercer uma ação de controle excessivo para que não se promova protecionismos ou monopólios, garantindo um mercado livre e respeito à escolha do consumidor.

Na dimensão social estão previstas a adaptabilidade e capacitação das populações receptoras aos projetos turísticos propostos. Considerando que os impactos sociais são mais discretos e lentos que os ambientais ou os econômicos, uma atenção especial deve ser dedicada à forma de organização da sociedade local e de suas reações ao início do processo de turistificação do espaço. Segundo Swarbrooke (2000, v. I), a sustentabilidade social baseia-se nos quatro “ES”: equidade – tratamento equitativo para todos os envolvidos; ética – honestidade e justiça nas relações estabelecidas; equivalência de oportunidades – para trabalhadores do turismo ou para os turistas;

equivalência de parcerias - turistas e prestadores de serviços são parceiros iguais - não há subalternos.

Na base cultural está prevista a avaliação da singularidade, força e capacidade cultural dos grupos envolvidos. O turismo também promove impactos culturais tão lentos e discretos, porém profundos, na cultura da população receptora. Ao se degradarem aspectos culturais de um povo, um recurso turístico importante está sendo perdido, pois a diversidade cultural, bem como a maneira como determinado grupo se relaciona entre si e com o seu meio pode se constituir num atrativo turístico único e valioso.

Desde a década de 80 do século XX, Yi-Fu Tuan (1983, p.151) chamava este relacionamento de “experiências íntimas com lugar”, ou seja: “Os lugares íntimos são lugares onde encontramos carinho, onde nossas necessidades fundamentais são consideradas e merecem atenção [...]” (TUAN, 1983, p, 152). Neste aspecto percebe-se a manifestação entre o grupo humano e seu meio e de como esta mesma pode ser transformada em elemento de atratividade turística. Ampliando esta análise, observa-se que ao moldar este lugar implica-se uma reestruturação do jogo de poderes existente que enfatiza disputas políticas necessárias à realização e implantação das mudanças.

A base política destas mudanças é a garantia do apoio da população local ao projeto turístico. O envolvimento da população depende da sua participação no planejamento, nas decisões e nas ações previstas na execução das atividades propostas.

A implementação do desenvolvimento sustentável do Turismo depende ainda de um planejamento que proporcione ações corretivas, baseadas em eficiência econômica, equidade social e prudência ambiental. Tal planejamento deve ser participativo, contando com atores sociais, agentes e reagentes da sociedade, com uma visão contratual com o meio ambiente.

Uma das finalidades de um projeto de desenvolvimento sustentável para o Turismo é a de reduzir os impactos negativos verificados em localidades onde a atividade se instalou de forma desordenada. Estes impactos comprometem a rentabilidade proveniente do Turismo, inviabilizando sua continuidade a médio e longo prazo. Os impactos negativos do Turismo incidem sobre recursos ambientais, sociais, culturais e econômicos de forma indiscriminada, causando significativas perdas para as localidades turísticas.

A pressão sobre a diversidade cultural, decorrente do crescimento da padronização cultural do mundo, segundo Swarbrooke (2004, v.V, p. 38), é um dos exemplos significados dos impactos negativos das práticas turísticas em uma determinada localidade.

Impactos do Turismo em municípios brasileiros

Os estudos realizados em alguns municípios turísticos do Brasil vêm detectando impactos ambientais, sociais, culturais e econômicos de variáveis magnitudes². É importante diferenciar, ao analisar os impactos do turismo em municípios, as transformações produzidas pela atividade turística das mudanças decorrentes do processo de urbanização do município.

A expansão urbana é um processo que traz muitos impactos ambientais, alguns deles irreversíveis e consideravelmente comprometedores para a qualidade ambiental. O turismo atua frequentemente nestes espaços de forma intensificadora dos impactos, aumentando a demanda pelos recursos naturais necessários às atividades que se realizam nas cidades, como consequência do aumento do fluxo de pessoas, de produtos comercializados e de serviços.

Como observado por Cruz (2001), a atividade turística tanto se apropria de infraestruturas pré-existentes nas cidades como estimula a criação de novas, intensificando o stress urbano, incluindo ainda a criação de uma arquitetura muitas vezes desarmônica com a que já havia na cidade. Fato analisado também por Fonteles (2004, p. 95), porém com o enfoque em ambientes naturais e suas estruturas edificadas:

Ao promover a corrida em massa para os ambientes naturais, sem a devida preocupação com a educação ambiental e com uma infra-estrutura mínima que possa garantir uma vida saudável aos moradores nativos e aos que chegam, corre-se o risco de descaracterização desses ambientes em termos culturais e arquitetônico, comprometendo até mesmo a dimensão estética.

O processo de urbanização representa um aumento na demanda por recursos como água, alimentos, fontes de energia e, principalmente, espaço para moradias e atividades que se desenvolvem nas cidades, incluindo os serviços essenciais à população – saúde, educação, comércio, cultura e lazer. Enquanto se observa o crescimento desta demanda, aumenta também a quantidade de resíduos produzidos por uma população que se multiplica na proporção em que

² Ver a obra organizada por Bartholo, Sansolo e Bursztyn (2009)

aprimoram os serviços oferecidos por esta infraestrutura urbana. Estes resíduos são lançados no solo, no ar e na água que compõem os ecossistemas originais do espaço ocupado pela cidade.

Inúmeros impactos ambientais podem ser observados quando o turismo se instala de forma mal planejada, entre eles, a destruição da cobertura vegetal, sobrecarga de infraestrutura urbana, criação e ampliação de meios de hospedagem (expansão da rede hoteleira e de empreendimentos imobiliários destinados a casas de veraneio), poluição das águas com maior produção de esgoto, comprometendo fontes de abastecimento e a balneabilidade das praias, rios, represas; aumento do número de veículos, ocasionando a intensificação de ruídos, poluição atmosférica e trânsito congestionado, aumento da produção e acúmulo de lixo.

Os impactos positivos sobre a economia dos destinos turísticos, como criação de empregos, geração de renda, viabilização de novos negócios, efeito multiplicador sobre outras atividades econômicas, podem, muitas vezes não compensar os impactos negativos produzidos pela sazonalidade e os custos de ocasião, o congestionamento causado pelo aumento do fluxo turístico na localidade, a vulnerabilidade da economia quando o turismo passa a ser a principal fonte de renda da localidade.

Os impactos sobre a cultura e as sociedades locais não são menos numerosos e intensos do que os ambientais e econômicos. As sociedades estabelecidas em localidades turísticas estão sujeitas a interferências em sua cultura, em seu estilo de vida e em sua maneira de se organizar e se relacionar com o seu meio físico. A percepção, a avaliação e o dimensionamento de tais impactos costumam ser mais difíceis e demorados do que os impactos econômicos e ambientais.

Em relação ao espaço urbano, por exemplo, Damiani (1997, p. 49) argumenta que a melhor forma de minimizar estes impactos aproxima a ideia de uma “mobilização coletiva”, ou seja, a real percepção do ambiente pelos atores dos processos a serem realizados. O espaço coletivo das manifestações humanas produz resultados oportunos ao processo de sustentabilidade turística. A memória envolvida em sua produção garante a legitimação de valores reais e contínuos. As associações de moradores, comerciários, etc.; é a resposta mais oportuna da comunidade local a implantação desordenada de empreendimentos padronizados e sazonais. Tais ações refletem significações de continuidade cultural e sustentam de forma factível as modificações ocorridas no ambiente turístico.

Ações de sustentabilidade no Turismo: considerações sobre a dinâmica da Hospitalidade

A promoção da sustentabilidade no Turismo baseia-se na avaliação e uso racional dos recursos disponíveis e fundamentais para a perpetuação da atividade, bem como na busca da qualidade dos serviços oferecidos.

Algumas recomendações, como as apontadas por autores como Swarbrooke (2000), são importantes para um convívio harmonioso entre turismo e seus recursos: o estímulo à restauração de locais históricos, construções e monumentos (por exemplo, as antigas fazendas do período cafeeiro), a revitalização de atividades tradicionais em áreas em declínio e redescobertas de sítios com propriedades específicas e de cidades históricas, estimulando a transformação de antigas habitações em acomodações turísticas; o estímulo à conservação da natureza; o planejamento para estimular a conservação de paisagens e locais históricos.

Grippe (1996, p. 225), em estudo que analisa a região de Buenos Aires, Argentina, define que ao observar-se um atrativo cultural de forma única garante-se uma atratividade mínima e regionalizada, mas a partir do momento que este mesmo atrativo histórico-cultural atinge um status de “conhecimento de um território”, ele adquire significações amplas e oportunas à manutenção de uma memória coletiva.

Conhecendo a dinâmica dos principais destinos turísticos em nosso país, sabe-se da carência observada na maioria das localidades com relação à infraestrutura básica disponível. O planejamento turístico destas localidades deve incluir a solução para diversos problemas inerentes ao desenvolvimento econômico de algumas regiões que não dispõem dos serviços básicos, essenciais à população local e que deverão, portanto, integrar os projetos turísticos para garantir o sucesso da atividade.

Nas ações de recepção e gestão da atividade turística os mecanismos da hospitalidade, por exemplo, conforme argumentado por Grinover, transformam-se em instrumentos gestores da qualidade de vida coletiva. Estes instrumentos, chamados pelo autor de “indicadores de hospitalidade”, são alicerçados em três patamares: o ambiental, o estrutural e sociocultural (GRINOVER, 2003, p. 51).

Nota-se, assim, que as ações que envolvem a hospitalidade, referenciam-se ao se perceber o ambiente receptor do turismo como um ecossistema complexo a ser detalhado e analisado conforme os mecanismos indicados por Grinover (2003). Estas análises associam o homem e seu coletivo, ao

espaço construído e gerenciado, por exemplo, na busca pela Natureza e as realidades sedutoras do lazer que são, de fato, mecanismos inconscientes da manifestação primitiva que sugere as necessárias ligações, com os atuais argumentos teóricos da hospitalidade (CAMARGO, 2004).

Além da atenção dedicada à questão da percepção da hospitalidade e suas manifestações, torna-se necessário observar à diminuição dos impactos ambientais mais frequentes, com ações que visem à redução do consumo de recursos naturais, da emissão de poluentes atmosféricos ou hídricos e da produção de lixo.

As tecnologias produzidas na última década que promovem a produção e o desenvolvimento limpo devem ser utilizadas simultaneamente, atuando em conjunto com um sistema eficiente de tratamento de efluentes domésticos e industriais, coleta seletiva e reciclagem de lixo, destinação e tratamento adequado de resíduos. Em relação às fontes de energia utilizadas, maior atenção deve ser dada ao uso de energias renováveis, estimulando o emprego de sistemas eficientes de iluminação, aquecimento ou refrigeração, bem como o uso de meios de locomoção menos poluentes.

O desenvolvimento tecnológico ainda hoje é um entrave aos procedimentos de sustentabilidade turística, pois sua aplicação e gerenciamento, em alguns aspectos, comprometem a ideia central de atratividade do empreendimento, mas a sua não aplicação pode significar a perda do elemento principal de atração do turista, ou seja, o próprio cenário paradisíaco associado, neste caso, ao atrativo.

Um dos principais problemas enfrentados, por exemplo, associa-se a necessária utilização de distribuição de água potável. O fluxo de turistas contribui de forma crescente para o aparecimento de problemas ligados ao abastecimento e destino desta fonte básica de sustentação da vida.

Cutolo, Malheiros e Philippi Junior (2010, p. 336) argumentam que:

Em ambientes naturais, como unidades de conservação, as instalações sanitárias devem ser implementadas em razão da qualidade que se deseja alcançar em relação ao tratamento de excretos humanos e de animais. O projeto deve levar em consideração o sistema de tratamento mais adequado por meio da inclusão de operações e processos utilitários adequados àquela situação particular.

A “situação particular” a qual se referem os autores, neste exemplo de gerenciamento de recursos hídricos demonstra, de maneira bastante ilustrativa, como a implantação de um projeto de sustentabilidade em um suposto município turístico deve ser estruturada. Os padrões tecnológicos necessários a viabilidade do empreendimento são recursos que devem respeitar particularidades

locais e esta ideia reforça a necessidade de compreensão do universo sociocultural e ambiental do local de forma abrangente e sistemática.

Coriolano (2003, p. 25) afirma que além do turismo global, há o “[...] turismo interno, o doméstico que valoriza o lugar, que gera renda, que dinamiza a economia local, que protege o patrimônio natural, que recupera e preserva o patrimônio histórico local”.

Neste aspecto, elementos culturais e tecnológicos devem criar uma harmonia de convivência que consiga minimizar impactos ao mesmo tempo em que possa gerar perspectivas de continuidade do empreendimento. A utilização harmoniosa preserva e ao mesmo tempo cria possibilidades reais às comunidades envolvidas em seu gerenciamento e manutenção.

Na análise formal dos valores da prática turística deve se observar que o turismo é uma atividade que consome de forma acentuada os recursos naturais disponíveis. Dias (2003, p.17) argumenta que a:

[...] crise do modelo turístico convencional e a crescente preocupação das populações dos países desenvolvidos e dos grandes centros urbanos pela melhoria de sua qualidade de vida permitiram uma mudança na demanda turística, que se enquadra numa grande transformação social, que assume como traços distintos o resgate do individual e autêntico sobre o material e a padronização [...].

Este “resgate” proposto por Dias (2003) enfatiza novamente a real preocupação com a implantação de propostas sustentáveis de gestão do empreendimento turístico. Propostas estas que busquem enfatizar a estrutura da sociedade como um sistema unificado e articulado ao redor de iniciativas que devam nascer no diálogo coletivo da comunidade envolvida. Nesta prática associada à gestão destes valores poderá se notar o desenvolvimento das práticas de hospitalidade para a qual o contato e as inter-relações humanas criam significados permanentes e estruturantes. Não se observa, desta forma, a imposição de um modelo e sim a sua criação coletiva e real.

Considerações Finais

Quando se trata de novos empreendimentos turísticos, os projetos do espaço a ser criado podem incluir novas tecnologias baseadas nesta proposta de desenvolvimento harmônico com a conservação de recursos naturais. Quando a localidade apresenta um fluxo turístico já instalado, com impactos já desencadeados, torna-se necessária uma reestruturação da dinâmica do espaço turístico e de sua infraestrutura. Esta reestruturação, conforme comentado anteriormente, só será possível pela compreensão da realidade cotidiana do próprio município e a percepção dos novos

papéis assumidos com a implantação do empreendimento turístico. A percepção da sustentabilidade turística resulta desta interface entre os aspectos materiais, leiam-se tecnologias, e os culturais nas quais as comunidades envolvidas procuram sistematizar e retransmitir os valores estabelecidos pela vivência cotidiana dos grupos sociais envolvidos. As dinâmicas participativas, discutidas por Bartholo, Sansolo e Bursztyń (2009), estruturam a necessária manutenção dos aspectos da identidade e da memória destes grupos. Esta articulação não é utópica e poderá resultar das ações participativas criadas para a sua realização, sendo a percepção da hospitalidade resultado dos mecanismos de mensuração apontados por Grinover (2003, p. 51).

Os custos destas mudanças podem num primeiro momento superar os ganhos previstos, mas, em longo prazo, a expectativa é de que se observe gradativamente a recuperação de patrimônios, uma reorganização da sociedade local que caminha para a eficiência no uso de seus recursos, participação política mais ativa da comunidade local, bem como seu envolvimento nas ações propostas por todos os setores da atividade turística, sejam visitantes, empresários, moradores ou eventuais colaboradores.

REFERÊNCIAS

- BARTTHOLO, Roberto; SANZOLO, Davis G.; BURSZTYN, Ivan. (org.). **Turismo de base comunitária: diversidade de olhares e experiências brasileiras**. Rio de Janeiro: Letra e Imagem, 2009.
- BUENO, Marielys S.; DENCKER, Ada de F. (org.). **Hospitalidade: cenários e oportunidades**. São Paulo: Thompsos, 2003.
- CAMARGO, Luiz O. **Hospitalidade**. São Paulo: ALEPH, 2004.
- CRUZ, Rita de Cássia Ariza. **Introdução à Geografia do Turismo**. São Paulo: Roca, 2001.
- CORIOLOANO, Luzia Neide Menezes T. (org.). **O turismo de inclusão e o desenvolvimento local**. Fortaleza-CE: Primus, 2003.
- DIAS, Reinaldo. **Turismo sustentável e meio ambiente**. São Paulo: Atlas, 2003.
- FONTELES, José Osmar. **Turismo e impactos socioambientais**. São Paulo: Aleph, 2004.
- LEMOS, Amalia G. de (org.). **Turismo: impactos socioambientais**. São Paulo: Hucitec, 1996.
- MOESCH, M.A. **Produção do saber turístico**. São Paulo: Contexto, 2000.

CABIANCA, Maria Angela de Abreu. Pensando a Sustentabilidade Turística em Municípios: técnica e teoria em uma abordagem socioambiental e cultural do conceito. *Revista Hospitalidade*. São Paulo, v. IX, n. 1, p. 119 - 132, junho 2012.

PANOSSO NETTO, Alexandre. **O que é Turismo**. São Paulo: Brasiliense, 2010.

PHILIPPI JUNIOR, Arlindo (coord.). **Gestão ambiental e sustentabilidade no turismo**. São Paulo: EDUSP; Manole, 2010.

RODRIGUES, Adyr Balastrieri (org.). **Turismo**. Modernidade. Globalização. São Paulo: Hucitec, 1997.

SWABROOKE, John. **Turismo sustentável**. Conceitos e impacto ambiental. São Paulo: Aleph, v. 1, 2000.

_____. **Turismo sustentável**. Turismo Cultural, ecoturismo e ética. São Paulo: Aleph, v. V, 2000.

TUAN, Yi-Fu. **Espaço e Lugar**: a perspectiva de experiência. São Paulo: Difel, 1983.

TULIK, Olga. Turismo e repercussões no espaço geográfico. **Revista Turismo em Análise**, São Paulo: ECA/USP, v. 1, n. 2, nov. 1990.

Referências eletrônicas

World Tourism Organization, 2004. disponível em <http://www.world-tourism.org/frameset/frame_sustainable.html>, acessado em 11/09/2009.

Recebido em maio de 2012.

Aprovado em junho de 2012.